



TESOURO NACIONAL

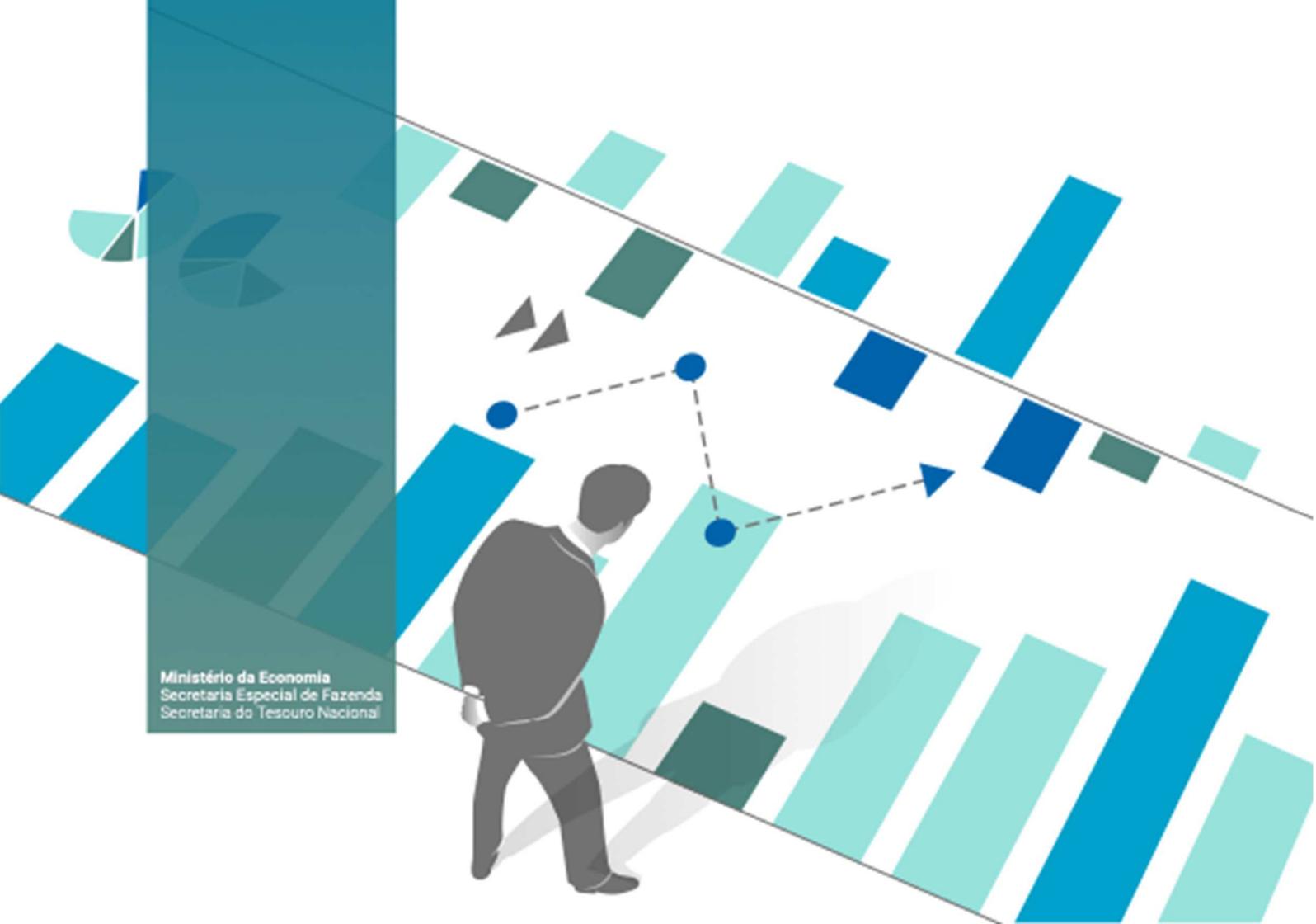
**RTN**  
**2019**

Junho

# Resultado do **Tesouro Nacional**

Sumário Executivo

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional





## Sumário Executivo

Em junho de 2019, o resultado primário do Governo Central foi um déficit de R\$ 11,5 bilhões, frente ao déficit de R\$ 16,5 bilhões observado no mesmo mês do ano anterior (em termos nominais). O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 3,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 15,0 bilhões. O resultado do Governo Central veio ligeiramente melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que era de um resultado deficitário de R\$ 13,0 bilhões para o mês.

A melhora em relação a junho de 2018 se deveu, principalmente, à redução de R\$ 6,7 bilhões das despesas discricionárias, em termos reais. Essa diminuição é explicada por dois motivos: a programação orçamentária e financeira de 2019, que prevê um nível mais baixo de discricionárias do que no ano passado; e as despesas atípicas em junho de 2018, como o gasto de R\$ 3,6 bilhões em emendas parlamentares e de R\$ 1,7 bilhão em aumento de capital de empresas estatais, dentre as quais a Emgepron<sup>1</sup>. Além disso, houve elevação de R\$ 1,4 bilhão da receita líquida do Governo Central em junho de 2019, devido tanto ao aumento da arrecadação total quanto à redução das transferências. Por fim, no sentido contrário, destaque-se o efeito do resgate, em junho de 2018, de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) no valor de R\$ 521,0 milhões.

Com o resultado de junho, o déficit primário acumulado neste ano é de R\$ 28,9 bilhões, ante déficit de R\$ 31,6 bilhões no mesmo período de 2018 (em termos nominais). Trata-se de uma melhora de 12,3% em termos reais. O resultado de 2019 é composto por um superávit de R\$ 66,1 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 95,0 bilhões na Previdência Social (RGPS).

Da mesma forma que o ocorrido no comparativo mensal, a redução real do déficit primário no acumulado até junho deste ano ante o mesmo período do ano passado decorreu da diminuição das despesas discricionárias, que no primeiro semestre de 2019 foram R\$ 13,3 bilhões inferiores às do mesmo período de 2018. No sentido contrário, houve o resgate, em maio e junho de 2018, de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) no valor de R\$ 4,0 bilhões. No acumulado, a receita líquida anotou queda real de R\$ 1,4 bilhão, sendo mais que compensada pelo decréscimo de R\$ 9,7 bilhões na despesa, em termos reais.

A redução da receita líquida também é observada na projeção para o ano. De acordo com o último relatório bimestral, em 2019 a receita líquida do Governo Central crescerá 2,9% em termos nominais, taxa mais baixa que a da inflação esperada, de 3,8%. A queda real da receita líquida implicou a necessidade de diminuição das despesas para um nível inferior ao limite do teto de gastos estipulado pelo Novo Regime Fiscal (EC 95/2016). De fato, o terceiro relatório bimestral indica que, para o cumprimento da meta de resultado primário, as despesas discricionárias devem ser contingenciadas em R\$ 34,0 bilhões em relação ao que estava previsto

---

<sup>1</sup> A capitalização da Emgepron, em 2018, foi efetuada para a construção de corvetas ao longo dos próximos anos para a marinha. À medida que os desembolsos ocorram ao longo dos anos, essa despesa terá impacto no resultado primário das estatais.



na LOA. Com isso, em 2019, a proporção de despesas discricionárias em relação às despesas primárias deverá alcançar 6,8% (R\$ 95,4 bilhões), bem abaixo do percentual de 9,5% verificado em 2018. Em valores corrigidos pelo IPCA, um gasto anual de R\$ 95,4 bilhões em discricionárias representaria a mínima histórica da série iniciada em 2009.

Dos R\$ 128,8 bilhões gastos em despesas discricionárias no ano passado, R\$ 48,4 bilhões foram despesas com investimento e o restante em demais despesas discricionárias de custeio, inclusive as que compõem o mínimo constitucional de saúde e educação, além de políticas públicas como subvenções econômicas do programa Minha Casa Minha Vida e pagamento de bolsas de estudos. Dado um nível tão baixo de despesa discricionária que, em 2018, voltou ao nível real de 2010, o debate que está posto é sobre o nível mínimo de despesas discricionárias necessário para o funcionamento da máquina pública, pois o investimento público no ano passado foi de 0,7% do PIB, ante 1,4% do PIB, em 2014. Em 2019, os investimentos poderão ser inferiores a 0,5% do PIB, frente a uma despesa primária do Governo Central projetada de R\$ 1.403 bilhões (19,6% do PIB).

Ao contrário de expectativas em relação a 2019, o maior fator de contenção da despesa este ano não é a limitação do teto dos gastos. A frustração da arrecadação, associada ao crescimento das despesas obrigatórias, segue comprimindo as despesas discricionárias, para garantir o cumprimento da meta de resultado primário. Ressalta-se que os benefícios previdenciários são o maior componente das despesas obrigatórias, o que reitera a importância da aprovação da reforma da previdência, que está sendo apreciada pelo Congresso. Vale lembrar, entretanto, que a aprovação da reforma da previdência não permitirá um aumento das despesas discricionárias no curto prazo. A economia projetada com a reforma em 10 anos, em torno de R\$ 930 bilhões, não significa uma redução das despesas previdenciárias em relação ao patamar atual, mas uma diminuição na comparação com o cenário projetado no caso de não haver nenhuma reforma. Mesmo com a referida reforma, as despesas previdenciárias continuarão crescendo em termos reais, o que revela que o cenário sem reforma levaria a uma elevação insustentável dos gastos previdenciários. Por exemplo, mesmo com reforma da previdência, a despesa com benefícios previdenciários no próximo ano e com decisões judiciais ligadas à previdência deve superar o crescimento da despesa primária orçamentária total permitido pela regra do teto dos gastos.

Dado o exposto, fica evidente que o processo de ajuste fiscal exigirá cada vez mais uma mudança na dinâmica das despesas obrigatórias, em especial em relação ao crescimento das despesas com aposentadorias e pensões, bem como da folha de pessoal do Governo Central, com um maior controle na contratação de pessoal e nos reajustes dos vencimentos de funcionários públicos. Adicionalmente, algumas políticas públicas precisarão ser revistas e redimensionadas para que se consiga fazer o ajuste fiscal com o corte das despesas em cerca de dois pontos do PIB no governo atual. Vale lembrar que sem esse esforço do lado da despesa, a alternativa para o ajuste fiscal recairia em um aumento da carga tributária, que é uma alternativa rechaçada por este governo e pela sociedade brasileira.